

## ***A construção da Paróquia: Espaço e participação na capitania do Rio Grande do Norte***

Thiago do Nascimento Torres de Paula<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste texto é discutir como se configurou o espaço de uma paróquia no período colonial. Dessa maneira selecionamos a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, que correspondia no século XVIII a cidade do Natal e regiões vizinhas. Para isso, fizemos o uso das seguintes fontes: os Assentos de batismo, casamento e óbito, incluído também neste corpus documental o primeiro Livro de Tombo da igreja matriz e o testamento de Dona Catharina Peralta Rangel. Documentos estes que foram tratados e analisados a luz da História social. Por fim, concluímos que a presença do clero secular, da igreja matriz e suas capelas, assistindo religiosamente os colonos que participavam ativamente da vida cotidiana daquele espaço, dava a paróquia o real sentido de sua existência.

**Palavras-chave:** Igreja. Paróquia. Colono. Participação.

**Abstract:** This work aims to discuss space determination in the Nossa Senhora da Apresentação, a colonial parish. This parish corresponded to the eighteenth century in the city of Natal and nearby region in Rio Grande do Norte, Brazil. This choice was made according to information fonts such as; analysis of the baptism, marriage and death registers. The documental corpus of the research was composed by the first Book of Records of the Mother church of this parish as well as Catharina Peralta Rangel deposition. These documents were analyzed and treated regarding Social History area. At the end, it was possible to conclude that the real sense of existence was the assistance of clergymen, the mother church as well as its chapels on behalf of the settlers making them active participators in the daily life in those surroundings.

**Key-Words:** Church. Parish. Settlers. Participation.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UFRN, mestre em História pela mesma universidade, professor da Rede Estadual do Rio Grande do Norte e Municipal de Ensino de Tibau do Sul.

Sabemos que os territórios são construções humanas, que envolvem elementos políticos, sociais e econômicos. Sendo assim, o objetivo deste texto é discutir como se configurava o espaço de uma paróquia no período colonial, especificamente no século XVIII, tanto em seus aspectos de território, como sendo um lugar de colaboração mútua entre os moradores. Sendo assim, selecionamos a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada capitania do Rio Grande Norte como objeto de nossa pesquisa.

Nos séculos III-IV 'paróquia' era uma província ou grupo de províncias dirigida por um alto funcionário, o 'Vicarius' Imperial, no Direito Público Romano. Com a expansão da Igreja, depois do Edito de Milão, ano de 312, [313] as populações rurais deviam ser atendidas justamente em seus territórios distanciados das cidades e entregues à pecuária e agricultura. Os sacerdotes que se fixaram nestas regiões do interior europeu fornecendo o alimento da palavra sagrada, ministrando os Sacramentos, foram os 'párcos' em nova atividade espiritual, em vivo e perpetuo interesse aos cristãos espalhados pelos campos de plantio e criação. Desde o século IV estas paróquias multiplicaram-se pelo Oriente e Ocidente, tendo terras limitadas para cada jurisdição entregue aos cuidados, desvelos e assistência de um ministro do altar, um presbítero, etimologicamente velho e venerável. (CASCUDO, 1992, p. 6-7).

O historiador Luís da Câmara Cascudo nos apresenta na citação acima as origens da paróquia como jurisdição eclesiástica. Territórios de influência da Igreja, que tiveram suas origens no distante Império Romano e, sobretudo, foram difundidos paralelamente com a Igreja Católica após o Edito de Milão em 313 d.C, que por sua vez, tornou o cristianismo religião lícita. (SCHÜLER, 2002). Frisamos ainda, que o significado de tais jurisdições estava relacionado principalmente com as populações rurais que viviam longe das cidades e das assistências espirituais.

Como Cascudo aponta, o século IV foi momento em que as paróquias começaram a se multiplicar, tanto no mundo oriental como no ocidental, e com o passar dos séculos chegaram ao Novo Mundo e dominaram a costa do continente africano, através da conquista espanhola e portuguesa. A chegada dos europeus ao Novo Mundo no século XVI, representou o início de uma dominação espiritual por parte da Igreja Católica Apostólica Romana. No caso específico da América portuguesa, a Igreja vem junto com a própria expedição de Pedro Álvares Cabral, mas como instituição só se instalou com a fundação da cidade de Salvador, quando foi criado o bispado da Bahia. (LACOMBE, 2004).

Eduardo Hoornaert, pesquisador da história da Igreja no Brasil, afirma que foi extremamente lenta a expansão desta instituição no período colonial:

A organização das dioceses e paróquias foi muito lenta e sua influência sobre o catolicismo vivido no Brasil bastante reduzida. Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa. Na primeira parte do século XVIII foram criadas mais três dioceses: Para (1719), Mariana (1745) e São Paulo, acompanhado sucessivas aberturas de espaços brasileiros para o sistema colonial. Este número de sete dioceses manteve-se até a Independência (1822). As dioceses, prelazias e paróquias ficaram vacantes por grandes lapsos de tempo, pois a Coroa portuguesa só mostrava interesse na função episcopal e sacerdotal à medida que estas estavam ao serviço. Poucos bispos realizavam a visita pastoral, recomendada pelo Concílio de Trento, sobretudo por causa das distâncias e das dificuldades de viagem. (1994, p. 12-13).

A Igreja se firmou institucionalmente na colônia após a criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1707, que sistematizou as extensas normas que regulavam a vida cotidiana tanto dos colonos como o próprio clero secular. (WEHLING, 1999).

No período colonial, as paróquias eram criadas por uma decisão relacionada ao padroado da coroa, com a adoção de um pagamento feito pelo governo português através da folha eclesiástica para a manutenção do vigário e, se possível, de um padre coadjutor, sendo chamada paróquia colada.<sup>2</sup> O outro mecanismo utilizado para se criar uma paróquia seria uma iniciativa dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado. (NEVES, 1994).

---

<sup>2</sup> Padres coadjutores eram os sacerdotes auxiliares no ofício paroquial. Já as paróquias coladas, eram criadas pelo padroado da coroa, sendo os encomendados, padres enviados pela autoridade diocesana. (VEIGA, 1997).

O pesquisador do mundo colonial português, Guilherme Pereira das Neves, contabiliza o processo de criação desses espaços de administração eclesiástica na colonização portuguesa na América:

No final dos primeiros 100 anos de colonização, as paróquias no Brasil não passavam de 50, às quais se somaram, no século seguinte, o da exploração do interior, cerca de 90 outras. Nos três primeiros quartéis do século XVIII, quando o povoamento se adensou e ocorreu a corrida do ouro das Gerais, mais de 400 novas paróquias foram erigidas, embora nem todas fossem de natureza coletiva. Apesar disso, muitas freguesias, sobretudo as do interior, tinham enormes extensões, chegando, por exemplo, a de Jeromoboabo, na Bahia, a apresentar 70 léguas de comprimento por 30 de largo, ou seja, mais de 75 000 km<sup>2</sup> — quase o equivalente ao território de Portugal continental. (1994, p. 22-23).

No território da América portuguesa havia, portanto, paróquias urbanas e rurais, com uma grande maioria das jurisdições rurais, onde as capelas estavam muitas vezes bem distantes da igreja matriz. Salientamos que no século XVIII, as expressões paróquia e freguesias eram sinônimo. (BLUTEAU, 1712-1728).

Segundo Harold B. Johnson Júnior, há três elementos importantes para compreendermos o funcionamento, da paróquia: a igreja matriz; a figura do vigário e por último o próprio povo. (1985).

Para Johnson Júnior, a igreja matriz é um espelho que reflete as condições materiais da paróquia:

A fábrica da igreja [...] era dividida efectivamente em três partes, e cada parte correspondia a um dos sectores primários da sociedade paróquial. Estes foram o coro e a capela-mor que tinha como foco o altar-mor, quer dizer todas as partes da igreja em que o “sacro” predominava, por assim dizer, e que ai desde o arco até o altar e capela-mor. Para esta parte o pároco era o responsável, talvez quase o “dono”. Segundo, aquela parte da igreja que ia do arco para baixo até o adro ou átrio – por outras palavras, a nave que era o sector que pertencia à comunidade e era mantida por esta; este sector tinha como ponto fulcrais o campanário com os seus sinos que eram o símbolo da solidariedade comunitária e o adro onde normalmente se reuniam os fregueses para tratar de assuntos comunitários. Terceira e última, o número variável de confrarias ou irmandades que combinaram em subsectores, por assim dizer, elementos de categorias um e dois – minúsculas freguesias, com efeito. Estas confrarias mantinham vários altares colaterais ou capelas subsidiárias que formavam a terceira parte da fábrica. (1985, p. 5-6)

Outro elemento importante para o entendimento do funcionamento da paróquia, foi a figura do vigário. Para Johnson Júnior, os sacerdotes eram tipos centrais nas paróquias, tão centrais quanto às próprias matrizes, principalmente porque alguns deles acumulavam determinados direitos na sociedade em que viviam, conforme o exemplo selecionado por Johnson Júnior, da comunidade Penha Longa, localizada nas terras de Portugal.

Se quisermos ter uma ideia dos rendimentos ou direitos dum padre, escolhido ao acaso, aqui há o que recebeu o da Penha Longa, (perto de Marco de Canavezes) em cada ano; tinha pagamento em moeda ou género por (a) cada criança baptizada, por cada casamento, e por cada pessoa que morreu (nesse caso o pagamento se ajustava conforme o estado civil do defunto e parece ter sido muito lucrativo, crianças nascidas mortas não foram excluídas); a morte também dava rendimento contínuos vindo das missas sucessivas que o padre rezava para as almas dos defuntos; aqui o padre gozou dum exclusivo – ninguém podia dizer missa dentro da sua jurisdição sem a sua permissão. Em Penha Longa ele também tinha cada ano no dia de Sam Miguel em setembro uma quantidade generosa de pão e vinho de cada fogo. (1985, p. 9).

O povo é a terceira peça importante no funcionamento da paróquia, conforme Johnson Júnior, pois o nascimento dentro do território de uma área de assistência religiosa conferia ao filho do colono uma cidadania automática. Aquela criança era natural da tal paróquia e seria um vassalo do Rei, pertencente ao dito espaço.

O mesmo historiador indica outra forma de um determinado colono tornar-se pertencente a uma paróquia: era por via da migração e naturalização. Geralmente os homens se descolavam de suas regiões de origem, para casarem com mulheres de outros locais. Firmando e consolidando o matrimônio, os ditos colonos tinham que se naturalizar e, isso só ocorria quando os mesmos se integravam a uma Irmandade ou Confraria.

As Irmandades e as Confrarias também eram organizações de extrema importância em uma Jurisdição eclesiástica, pois agregavam os colonos em torno de interesses “comuns” e da comunidade, possibilitando que os seus membros participassem da vida da paróquia. Daí Johnson Júnior, denominá-las de organizações chaves, pois estavam firmadas em três grandes compromissos, que eram: as cerimônias fúnebres, a assistência mútua e a participação nas atividades festivas. (1985, p. 10).

## 1.1 A PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

A paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, na capitania do Rio Grande do Norte, passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de Julho de 1614, tornando-se independente religiosamente da Bahia. (CASCUDO, 1992).

Porém, no mês de Fevereiro de 1623 a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação voltou a ser uma região submetida ao Bispado da Bahia. E somente no ano de 1676, aos 16 de Novembro, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri* do Papa Inocêncio IX, foi religada à diocese de Olinda, sendo o primeiro Bispo Dom Estevam Brioso de Figueiredo. Então mais uma vez a terras da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação e seus respectivos colonos retornaram ao Bispado de Pernambuco. (CASCUDO, s/d).

Supomos que a igreja matriz da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, no século XVIII fosse possivelmente portadora das divisões internas apontadas por Johnson Júnior: altar-mor, nave e altares colaterais. Porém, a pobreza marcou as origens da matriz, pois segundo Cascudo, o templo em seus primórdios não passava de uma igreja feita de barro socado, coberta de palha, com somente uma entrada, sem sino e nem aparato. Cascudo ainda afirma que, 15 anos após a fundação da igreja, no ano 1614, a mesma ainda não possuía porta. (1999).

Nestor dos Santos Lima, escrevendo em principio do século XX, anos antes de Cascudo, também apontou uma origem simplória para igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, “Do mesmo modo que as moradias do logar, a Egreja ou a Capella tinha ligeira construcção de barro e diminutas proporções: era apenas um ensaio de templo”. (LIMA, 1915, p. 17).

Ainda em seus estudos sobre a igreja matriz, Lima propõem uma cronologia dividida em quatro momentos para a história do prédio.

O 1º periodo – a edade antiga – mostra a Matriz, da fundação até 1654, approximadamente quando a destruíram os hollandezes; no 2º periodo, de então a 1672; o 3º periodo, de 1672 a 1694, quando se construiu o edificio actual e o 4º periodo – a edade contemporanea as modificações que tem experimentado, inclusive a torre [...]. (1915, p.16).

A partir de tal linha evolutiva apontada por Lima, podemos supor que, já no século XVIII a igreja matriz apresentava possivelmente as dimensões de largura e comprimento atuais.

Pesquisando no Primeiro Livro de Tombo da igreja matriz da paróquia em questão, encontramos uma lista com valores que provavelmente eram cobrados dos colonos pelos serviços prestados pela Igreja.

Chamamos atenção para três pontos: A) a Igreja cobrava a mesma quantia para sepultar um adulto como uma criança, dois mil, duzentos e oitenta réis, caso o enterro do inocente fosse solene. B) uma missa cantada na matriz, recebia o reverendo pároco dez mil réis e C) uma cova do arco para dentro, ou melhor, próximo do altar-mor, custava vinte mil réis, tanto para um religioso como para um secular. Os emolumentos pagos eram para o sustento do pároco e fábrica da igreja, compra de alfaias, farinha de trigo para hóstia, vinho, etc.

É importante fazermos menção que tais taxas pagas pelos colonos eram reconhecidas por aqueles que verdadeiramente participavam da vida cotidiana da comunidade. No caso específico da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, no ano de 1760, sob a visita do Reverendo padre Marcos Soares de Oliveira, os ditos moradores que reconheceram as taxas foram: Felix Barbosa Tinoco; Francisco Pinheiro Pereira entre outros. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1760).

Como comentamos anteriormente baseado em Johnson Júnior, a ajuda mútua era uma das características mais importantes existente no espaço de uma paróquia. Sendo assim, nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, a paróquia em si foi o derradeiro recurso buscado por uma índia pobre que atendia pelo nome de Josefa Gomes, para sepultar as suas duas filhas. A primeira foi enterrada na igreja matriz da cidade do Natal “pelo amor de Deus, por que nada levou”, a segunda foi enterrada na mesma igreja com a “ajuda de esmola”. (LIVRO DE BATISMO, 1788-1802, fl. 60v, fl. 61).

As esmolas concedidas à índia Josefa Gomes, para o enterro de um de seus filhos foram dadas pelos moradores e paroquianos das terras de Nossa Senhora da Apresentação, assim como o enterramento do primeiro filho sem pagamento de nenhuma taxa, foi uma permissão do vigário, para que o pequeno inocente tivesse sua última morada em solo sagrado. Tais atitudes, servem também para demonstrar o todo coeso que era a paróquia, do ponto de vista religioso.

No que é relativo às atitudes festivas, as Irmandades e Confrarias tinham responsabilidades com datas específicas dos seus santos de devoção dentro da paróquia. Na Jurisdição eclesiástica de Nossa Senhora da Apresentação, temos conhecimento que existiram três organizações chaves. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, (NETO, s/d) a Irmandade dos negros do Rosário (FILHO, 1991) e por último a Irmandade das Almas. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1795). A primeira organizava as festividades da Semana Santa, a segunda agregava os irmãos em torno da festa de Nossa Senhora do Rosário e a última cuidava necessariamente dos ritos da morte. As ditas Irmandades cumpriram com seus compromissos de cerimônias fúnebres, assistência mútua e das atividades festivas, já que eram tais práticas que dava a razão das mesmas existirem.

Devemos notar, que dentre as irmandades que havia na paróquia, não figurava a Irmandade da Misericórdia. A inexistência de tal organização nas terras de Nossa Senhora da Apresentação, para nós, é um indicativo de pobreza, ou provavelmente de uma economia de subsistência que não permitia que uma Confraria como a da Misericórdia viesse a se constituir. Sem uma Irmandade da Misericórdia, também não haveria uma Santa Casa e, muito dificilmente uma Roda dos expostos. Ao contrário do que ocorreu em regiões urbanas, ricas e exportadoras como Salvador. (RUSSEL-WOOD, 1981).

Cascudo discute que no Reino de Portugal as paróquias faziam referência a “territórios povoados, dispersa ou aglomeradamente, tendo assistência sacramental de uma mesma casa de orações, Capela ou Igreja”, (CASCUDO,1992, p. 9) o que estruturalmente foi modelo de paróquia implantada na capitania do Rio Grande do Norte transplantada de além-mar.

Sendo assim, a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação correspondeu, como tantas outras paróquias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados. (MONTEIRO, 2000).

Segundo os estudos de Cascudo, da primeira metade do século XX, podemos afirmar que Natal já fazia parte de uma paróquia em 1601. (1992). Lima, explica o surgimento da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, dizendo: “Precisamente a 25 de dezembro de 1599, a celebração do sacrifício da Missa inaugurou a capelinha e marcou pela sua relevância o início da existência do novo corpo social [...]”. (1915, p. 15).

O *novo corpo social* comentado na citação, estava diretamente relacionado ao real sentido que tinha uma paróquia: a igreja matriz, o pároco e moradores da região vivendo e cumprindo com suas obrigações cristãs. A área de assistência da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação só foi dividida na primeira metade do século XVIII com a criação outras paróquias, como a do Açú, a de Goianinha e a de Caicó. (CASCUDO).

Augusto Tavares de Lyra, historiador potiguar da primeira metade do século XX ao escrever sobre a paróquia, que ele denomina de *Freguesia da cidade do Natal*, da segunda metade do século XVIII, realizou uma série de considerações de caráter geográfico. Segundo o mesmo autor, esse espaço comportava uma cidade que continha 118 casas, totalizando 400 braças de comprimento e 50 de largura de extensão povoada, tendo fim na Ribeira do Rio Potengi ou Rio grande. (LYRA, 1998).

Com relação ao espaço da cidade, podemos dizer que a mesma teve como elementos demarcatórios de seus limites primeiros, duas cruces, uma ao norte e outra ao sul, marcos esses que simbolizavam não simplesmente só uma conquista temporal, mas também sobretudo espiritual. (MARQUES, 2000).

Sob a ótica da pesquisadora Denise Mattos Monteiro, a cidade do Natal representou na segunda metade do século XVIII

[...] a sede do poder máximo da capitania, representado pela figura do Capitão - Mor, nomeado pela coroa portuguesa e subordinado ao capitão - General ou Governador de Pernambuco, desde 1701. Suas funções compreendiam, basicamente, conceder sesmarias em nome do Rei de Portugal, fazer nomeações para cargos públicos, manter a ordem e proteger as autoridades. A ele subordinado, havia os capitães - mores dos regimentos de Milícias, geralmente sesmeiros ou grandes posseiros, responsáveis por cada vila sede de municípios, com jurisdição sobre as freguesias, e seus subalternos. (2000, p. 95).

Sendo dessa forma, entre as cruzeiras, e ao redor da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, cresceu a cidade, o principal núcleo de povoamento da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação. A primeira rua da mesma, correspondeu ao Largo da matriz, que por sua vez comportava o Senado da Câmara com a cadeia, a Provedoria da Fazenda, a residência dos governadores e as poucas casas, do lado do poente. (MARQUES, 2000). No entanto, a paróquia era constituída também por outros espaços, em específico as capelas e as ribeiras, que puderam ser bem melhor visualizadas a partir dos registros paroquiais.

## **1.2 CAPELAS E RIBEIRAS**

Os documentos de batismo, como os de casamento e os de óbito são fontes de primordial importância para os estudos de História demográfica, sendo consideradas por essa linha de pesquisa como fontes quantitativas. Porém, além das contagens e tabulações que podem ser realizadas a partir das mesmas, foi possível observar bem mais além. Os assentamentos pelos padres em tais documentos nos permitiram detectar duas informações. Primeiro, a distribuição das capelas no espaço da jurisdição eclesiástica e por último uma possível identificação dos colonos com suas capelas e ribeiras. Frisando que tanto as capelas, como as ribeiras representavam a espacialidade periférica da paróquia.

A distribuição das capelas no território da paróquia seguia na sua maioria o caminho das ribeiras, como se pode verificar no assentamento de “[...] Eugenio Ferreira de Lima [...] com Luisa Fernandes [...] ambos os nubentes naturaes e moradores nesta Freguesia de Nossa

Senhora Apresentação na capella do [rio] Jundiahy [...]”. (LIVRO DE CASAMENTO, 1785-1790, fl. 11).

As capelas estavam onde os colonos estavam, pois a função das mesmas era prestar uma assistência religiosa aos colonos que viviam distantes do maior centro populacional, onde estava localizado a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Natal.

As capelas, representavam tanto aspectos espirituais, como materiais da vida dos colonos pois, conforme Cascudo:

[...] era afirmação de fé e denunciava o desenvolvimento econômico local, a densidade demográfica em ritmo crescente, o número apreciável de almas em ‘estado de comunhão’, uma certa massa residencial fixando cristãos, vivendo em tarefas regulares, em condição de receber os sacramentos, matrimônio para os moços, batizado para as crianças, extremaunção para os velhos.( 1992, p. 10-11).

Ainda nas palavras do mesmo historiador, as igrejas rurais, representavam algo mais que simplesmente desenvolvimento econômico da região e seu crescimento populacional,

A Capela declarava a presença da vida social organizada sobre bases estáveis, concordância do esforço com a produção asseguradora da existência familiar, o grupo vicial capaz de prestar mutua proteção e auxílio, sistema de caminhos articulando as propriedades esparsas ao centro mais povoado, facilitando transito e escoamento das safras, costumes cristãos, unificadores e solitários com a figura simples da Capelinha, pastoreando o rebanho imóvel, reunido à voz lenta do pequenino sino emocional. (CASCUDO, 1992, p. 10-11).

Sabemos que Nossa Senhora da Apresentação era a santa padroeira de toda a paróquia, no entanto, cada capela anexa representava uma extensão da igreja matriz e sobretudo do catolicismo romano na periferia do espaço. Tais capelas apresentavam certa independência, que era proporcionada pelos seus freqüentadores que contribuía para sua manutenção. Eram esses os ditos paroquianos, que se aproximavam, se reuniam pelo sentimento que estava diretamente relacionado com o santo de devoção dos colonos para quem a mesma foi erguida.

O quadro abaixo tem a função de indicar, com mais clareza os santos protetores de cada capela e suas devidas localizações.

## QUADRO 1

CAPELAS DA PARÓQUIA DE N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO (1753-1795)

Capelas	Locais
Senhor São Gonçalo	Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi
Senhor Santo Antonio	Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi
Senhor Bom Jesus das Dores	Ribeira da cidade
Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú	Ribeira do rio Ceará-Mirim
Senhor São Miguel do Guajirú (Missão)	Ribeira do rio Ceará-Mirim
Nossa Senhora do Ó do Papari	Ribeira do rio Mipibu
Nossa Senhora de Santana (Missão)	Ribeira do rio Mipibu
Nossa Senhora da Conceição	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora do Socorro da Utinga	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora de Santa Ana do engenho do Ferreiro Torto	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga	–
Nossa Senhora de Solidade da Aldeia Velha	Ribeira do rio Grande
Senhores Santos Reis Magos da fortaleza	Barra do rio Grande

**Fonte:** LIVROS DE BATISMO DA PARÓQUIA DE N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO (1753-1795).

Observa-se que são muitos os santos padroeiros das capelas da paróquia em questão, apesar de ter existido uma padroeira universal, que era Nossa Senhora da Apresentação, com já fizemos menção. Tais santos eram festejados pelos moradores das diferentes devoções, como por exemplo, a festa de Santo Antonio, e as festas de São Gonçalo, que em alguns momentos chegaram a ser proibidas pela própria Igreja, por causa das grandes manifestações em forma de danças dentro do espaço do sagrado. (MOTT, 1997).

As festas religiosas no mundo colonial português na América, eram formas comuns de manifestação pública em que os colonos poderiam se entreter, seguido pelas festas em

homenagem a Coroa. (DEL PRIORE, 2000). Tais festas que ocorriam em momentos diferentes do ano, além de representarem um elo de ligação na própria igreja rural, ainda poderia atrair pessoas de outras ribeiras ou mesmo paróquias, principalmente os homens jovens para que pudessem encontrar suas futuras companheiras, buscando evitar os casamentos co-sanguíneos em seus lugares de origem. (JOHNSON JÚNIOR, 1985). Sendo assim, geralmente o noivo era estrangeiro à paróquia de sua noiva, como podemos observar no caso a seguir,

Aos vinte e cinco de setembro de mil setecentos e trinta annos na capella de Nossa Senhora da Solidade da Aldeia Velha desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte feytas as denúciaçoens nesta Matris; e na Missão do Guajirú apresentados pelo contraente banhos corridos na Villa do Recife Seu natural, na freguesia do Assú, onde foy morador, Sem Se descobrir impedimento em presença do Reverendo Padre Mestre João de Mello Superior \_\_\_ Missão do Guajirú de Licença do Revendo coadjuto o Licenciado João Gomes Freyre que fasia as veses do Parocho em minha ausencia, Sendo presentes por testemunhas o Capitão Teodocio da Rocha viuvo, o Capitão Bonifacio da Rocha Vieira \_\_\_\_\_ Gomes Freyre mulher do ditto e Damasia Gomes da Camera mulher do Coronel Teodosio Freyre de Amorim pessoas todas conhecidas, e moradores desta freguesia Se casarão em facie da Igreja solemnemente por palavras Felix Correa da Rocha natural da Villa do Recife, filho legitimo de Felix Correa Morera já defunto, e de sua mulher Maria da Rocha e Rosa Dias Perera natural da Villa do Searâ Grande filha Legitima digo, filha natural do Coronel Dionisio Perera, e de May incognata vinda do seu natural menina e assistente em casa de Maria Gomes Freyre Dona viuva do Coronel Antonio Dias Perera, moradores todos nesta freguesia e logo Receberão as bençoens tudo na forma do Sagrado concilio Tridentino. E por Se acha o ditto Reverendo Coadjutor presente por sua noticia mandei fazer este assento em que por verdade assigney. Manuel Correa Gomes / Vigario. (LIVRO DE CASAMENTO, 1727-1740, fl. 10v).

Com os matrimônios, alguns colonos se fixavam nas terras onde estava localizada a capela onde foram realizadas suas uniões, na qual talvez o seu cônjuge fosse devoto do santo da capela. A partir disso, com o desdobrar de duas ou três gerações era provável que alguns daquela família tivessem gestado um sentimento de identidade com aquela igreja local, pois, foi naquele pequeno espaço do sagrado, onde seus pais, irmãos e até mesmo eles se casaram, local este onde apadrinharam os filhos de escravos, filhos naturais, crianças expostas, onde batizaram seus rebentos e por último sepultaram os seus mortos.

Para Stuart Hall, o sentimento de pertencimento possibilitava que o individuo estivesse cada vez mais ligado ao espaço em que vivia . Ainda, segundo o mesmo pensador, “[...] a

identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através dos processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.(1997, p. 42).

Lembramos, que o fio condutor de nossas inferências sobre uma possível sentimento de pertencimento dos colonos da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, com suas capelas e com suas ribeiras, foram os textos escritos pelos padres nos Assentos de batismo, casamento e óbito, na qual os vigários “identificavam” suas “ovelhas” com suas igrejas rurais e com as terras que eram banhadas pelos respectivos rios, partindo do raciocínio, de Adalberto Marson que considera que o documento “não é espelho da realidade, mas essencialmente representação do real, de momentos particulares da realidade; sua existência é dada no âmbito de uma prática determinada [...]”. (s/d, p.53).

Por outro lado, Caio Prado Júnior apontou elementos que justificaram a predileção dos colonos pelas regiões próximas aos rios, tais como: “maior fertilidade das terras, abundancia de água e facilidade para obtenção do peixe [...]”. (1969, p.106). A fixação de vários anos de determinados colonos nas terras bem próximas aos rios, o que compunham as ribeiras, possibilitaram uma certa identidade com aquele espaço, pelos motivos apontados por Prado Júnior, pois eram lugar onde os vassallos do rei de Portugal, podiam plantar suas roças, criar e espalhar o gado, já que havia abundância de água.

Dessa forma, podemos observar em um determinado assento de casamento, como o padre Antônio de Araújo e Sousa, identificou os colonos com suas ribeiras,

Aos nove de Fevereiro de mil sette Centos e cincoenta e sette na capella de Nossa Senhora do O Dos da ribeyra do Papari desta freguesia de Nossa Senhora da Appresentação do Rio grande, [...] Se casaram Solemnemente em face de Igreja por palavras de presente Joseph Mateus, filho natural de Feliciana, com Jacinta Martins de Oliveyra, filha natural de Pedro Martins Bayam, e de Margarida de Oliveyra ja defuncta, ambos naturaes, e moradores nesta freguesia de Nossa Senhora da Appresentação [...]. (LIVRO DE CASAMENTO, 1752-1760, fl. 29v).

A identificação da ribeira realizada pelo padre que fez o matrimônio de Joseph Mateus e Jacinta Martins de Oliveira, estava primeiro relacionada a uma necessidade de se saber onde moravam os colonos da paróquias e, por fim corrobora com o raciocínio de Prado Júnior, que os vassallos do Rei de Portugal na América buscavam as ribeiras para viver.

Vejamos como uma parcela da comunidade da paróquia estava espalhada e fixada nas terras banhadas pelos rios,

Caetana exposta em casa de Florência soltr<sup>a</sup> moradora em o Citio de Santo Antonio do Putigy foi exposto de madrugada as sinco para as seis horas da manha do dia trinta digo três de setembro de mil setteCentos e oitenta e oito Sem escrito foi batisada sob Conditione na Capella da Senhora Santa Anna do ferreiro Torto Com os Santos Óleos aos quinse do dito mes, e anno forão padrinhos Lino da Cunha Marques soltr<sup>o</sup> natural desta Freguesia e não se Continha mais em dito asento de que mandei faser este em que por verdade me asigno. Pataleão da Costa de Ar<sup>o</sup> / Vigr<sup>o</sup> do Rio grande.(LIVRO DE BATISMO, 1786-1795, fl. 23).

Tomando a situação de abandono de Caetana como um contexto amplo, podemos visualizar no Assento de batismo que Florencia mulher solteira morava no Sítio de Santo Antônio do Potengi. Sítio este que estava localizado na ribeira de São Gonçalo, terras e águas que provavelmente fornecia o sustento da comunidade. Comunidade que junta dava aos lugares o sentido de ser paróquia.

### **1.3. O SENTIDO DE SER PARÓQUIA**

Retomando o raciocínio do historiador Harold B. Johnson Júnior, que apresentamos no inicio deste texto, frisamos que o povo na figura dos colonos foi um elemento fundamental para dar ao espaço o sentido de ser paróquia. Não só por que mantinham a igreja matriz, suas capelas anexas e se organizarem em Confrarias e Irmandades. Mas sobretudo por que participavam efetivamente dos problemas de assistência religiosa e praticavam o espírito de caridade.

#### **1.3.1. O mundo da participação**

Ser um católico praticante já demonstrava a participação dos colonos no universo do espaço de assistência religiosa. Os mesmos provavelmente em sua maioria, eram ativos nas atividades da paróquia, no que diz respeito à manutenção de suas capelas, participação das

*Rev. Espacialidades [online]. 2010, vol. 3, n. 2.*

missas e festas religiosas, como também praticando a solidariedade como sinônimo de misericórdia e caridade.

Na segunda metade do século XVIII, após a fragmentação do espaço da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, que resultou com a instalação das paróquias de Estremoz, Arez, São José do Rio Grande, Vila Flor e Portalegre (LOPES, 2005), os colonos, e possivelmente paroquianos da jurisdição eclesiástica em questão, que moravam nas terras de além Rio Grande ou Rio Maré, apresentaram um requerimento ao clero secular com o objetivo de desmembrar as capelas daquela região da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762).

Devemos considerar que naquele ano de 1762, os vassalos do Rei de Portugal, demonstraram primeiro a necessidade de serem católicos praticantes de sua fé, em segundo gostariam de ver valer os direitos paroquiais que existiam sobre eles. Os colonos reclamavam da imensa dificuldade que tinham em cruzarem o Rio Grande, para ouvirem as missas ou mesmo se confessarem. Lembrando que tal dificuldade não apenas dos colonos, mas o próprio vigário também tinha problemas em administrar os sacramentos aos moradores daquele espaço da paróquia por ter que atravessar o mesmo rio. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762).

Naquela situação, os homens e mulheres livres que moravam na discutida região da paróquia ficaram sem assistência religiosa, por parte da igreja matriz da cidade do Natal. Nem os colonos chegavam a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, nem muito menos o sacerdote chegava aos vassalos do Rei, frisando que o vigário da matriz de Natal tinha os direitos paroquiais sobre as capelas de além Rio Grande.

No entanto, a necessidade de uma assistência espiritual católica, diante dos problemas cruzar o Rio Grande, forçou os paroquianos de Nossa Senhora da Apresentação a buscarem a atenção cristã do pároco da Nova Vila de Estremoz e antiga Missão do Guajirú. Sobretudo por que, “[...] quem melhor os pode Paroquiar, por não haver entre eles Rios, que passar, e, com efeito, a maior parte deles moradores vão ouvir missa, e confessar-se a dita Matriz da Vila de Estremoz, para lhes ficar mais conveniente”. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762, fl. 44).

Mediante a necessidade dos colonos serem paróquia de fato, não em tese, de terem uma vida católica ativa, é que os colonos se representaram diante da Igreja, que em um primeiro momento decide pelos colonos, afirmando que

Desmembrássemos aos ditos moradores da banda de além do Rio da sua Matriz antiga da cidade do Natal, e os anexássemos para paroquianos da dita vigararia da vila de extremos, para que o dito vigário e seus coadjutores fossem sus párocos próprios, e lhes administrassem os sacramentos, como a seus fregueses. E ouvindo-nos seu requerimento, como faz bem ou vindo aos ditos párocos do Rio Grande, de Extremos, e ao nosso visitador, e outras informações que tomamos, e sobre tudo estarmos muito lembrados, que o imediato defunto vigário da Cidade do Natal, Manoel Correa Gomes, três ou quatro anos antes do seu falecimento, nos requereu que nós criássemos em curato aqueles moradores, pela grande dificuldade, que tinha em os paroquiar pela passagem do dito Rio Grande. Por cujas razões desejando-nos que as nossas ovelhas sejam assistidas com o parto espiritual de suas almas com a possível prontidão, e facilidade pelos seus respectivos párocos e concordarem todas as informações da felicidade desta divisão ou desmembração em grande benefício dos ditos moradores. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762, fl. 44v-45).

O clero secular tinha consciência que era mais conveniente para os colonos se tornarem membros oficiais da paróquia de Estremoz. Porém, reconhece com toda clareza que aquela outra fragmentação do território da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, prejudicava os interesses do vigário da cidade do Natal. Dessa maneira encerra a questão,

[...] assim deferindo a seu Requerimento havemos para desmembrados os ditos moradores da banda de além do Rio Grande da Maré da sua antiga paróquia e Matriz da cidade do Natal, e os adjudicamos a paróquia, e vigararia da vila de Extremos, de cujos vigários, ficam sendo fregueses; para serem por eles paroquiados, e administrados todo o parto espiritual, de que carecerem. E os ditos vigários ficam sendo seus próprios Párocos para os apresentarem como os seus fregueses, e receberam deles os emolumentos e direitos paroquiais, com que até agora costumam corresponder aos seus vigários da Cidade, em que não se altera coisa alguma. E agora para que assim se aceite esta nossa divisão, desmembração e determinação: ordenamos aos Reverendos Párocos e Vigários, assim da cidade como da Vila de Extremos, que depois desta portaria registrada, sendo-lhes apresentada em sua exclusão, seja publicada e lida em ambas as paróquias e trasladada no livro [...]. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762, fl. 44v).

Quando anteriormente comentamos que em um primeiro momento, a Igreja decidiu pelos colonos das terras de além Rio Grande, foi por que no ano de 1765, três anos após a

decisão de atrelarem os ditos colonos a igreja matriz da vila de Estremoz, o senhor Visitador da Sé de Olinda, reintegrou todas as capelas e seus paroquianos ao rebanho de Nossa Senhora da Apresentação. Desde que o vigário da cidade do Natal se responsabilizasse, em por um padre permanente na capela de São Gonçalo, para a assistência espiritual. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1762).

Com isso, mais uma vez o clero secular redimensionou as terras de além Rio Grande. Ressaltamos, que a atitude de desligar as capelas daquela região da paróquia da igreja matriz da cidade do Natal, partiu dos próprios colonos. Porém, a reunião das mesmas capelas e de seu povo, para a administração da matriz já citada, foi consequência de um requerimento,

[...] que lhe havia feito o Reverendo Padre Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande na Reunião que pretendia do povo de São Gonçalo, Ribeira do Potengi, Rodrigo Moleiro, Aldeia Velha para sua Matriz, e atendendo ao que por mim foi proposto com verdade, e em beneficio da Matriz da Cidade do Rio Grande e suas confrarias; houve por bem ordenar-me que pondo o dito Reverendo Vigário administrador dos sacramentos na Capela de São Gonçalo, afim de executar por ser minha essa diligencia e nesta conformidade, hei por bem de reunir a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, o povo de São Gonçalo, Ribeira do Potengi, Rodrigo Moleiro, Aldeia Velha e Redinha, ficando o povo da Ribeira do Ceará Mirim, unido a freguesia da Vila de Extremos na mesma forma, que até o presente estava servindo de divisão para uma e outra freguesia a Lagoa do Guajiru, de sorte que todos os moradores, que se acharem da dita Lagoa para a parte do Norte, e Vila de Extremos por ela e pelo Rio Ceará Mirim acima lhe confinar com as extremas da freguesia do Assu, ou por ela e o dito rio abaixo lhe sair ao Mar ficam sendo freguesias da sobredita vila. E os que ficarem pela parte do sul e cidade do Rio Grande pela lagoa abaixo lhe sair ao mar ou por ele e Rio Potengi, acima lhe os confins da mesma freguesia, ficam sendo fregueses da Matriz da Cidade do Rio Grande, e mando ao Reverendo Padre Pantaleão da Costa de Araújo, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande que ponha Sacerdote administrador dos Sacramentos na Capela de São Gonçalo do Potengi para com [...] aludir aos ditos seus fregueses novamente Reunidos a sua Matriz e evita-lhes o detrimento que poderá lhes causar a passagem do Rio Grande para procurarem ao Pároco nas suas necessidades espirituais, e o uso se, como as capela de São Gonçalo, Santo Antônio e Nossa Senhora da Soledade ficam sendo filiais da sua Matriz. (PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO DA IGREJA MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO, 1765, fl. 52v-53v).

É importante que fique claro que a Igreja neste segundo momento, decidiu pela própria Igreja. Provavelmente o vigário da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, o padre

Pantaleão da Costa de Araújo, deve ter percebido e sentido a falta que os dízimos e emolumentos das ovelhas da região de além Rio Grande fazia nos direitos paroquiais.

No entanto, o sentido de ser paróquia não estava simplesmente nestas ações amplamente coletivas dos colonos de caráter estrutural. Mas também, em ações individuais geradas pelo sentimento ou pela obrigação de ser cristão, que algumas vezes podia ser direcionada para alguém, porém em muitos momentos tocava a coletividade, tecendo uma espécie de teias de caridade.

### **1.3.2. O mundo da caridade**

O espaço de uma paróquia era o lugar da ajuda mútua, como pensou Harold B. Johnson Júnior. Principalmente no momento da morte, situação que muitas vezes possibilitou que os colonos se reunissem em Irmandades e Confrarias, claro que os tais grupos tinham outros compromissos, mas o bem morrer e o sepultamento digno dos membros daquelas organizações católicas eram um consenso.

Porém, conseguimos detectar nas várias atitudes do coletivo, na forma de solidariedade, se materializando em atos de caridade. Os atos encontrados foram: o sepultamento de crianças com ajuda de esmolas; o sepultamento de crianças expostas, anônimas ou não.

Primeiro queremos discutir os casos das colonas, Joana de Tal; Escolástica Maria; Antonia de Tal; todas elas mulheres solteiras. Joanna sepultou o seu filho batizado com o nome de José, que tinha apenas dois dias de vida com ajuda de esmolas dadas pelos moradores da paróquia. Tal ação de solidariedade, movido pelo sentimento de caridade para com o pequeno José, se repetiu em função do enterro dos pequenos corpos de Joaquim e Pedro, nascidos das mulheres citadas respectivamente. (LIVRO DE ÓBITO, 1788-1802, fl.31, 47v, 58).

A localização específica dos sepultamentos de crianças no espaço do sagrado, não foi algo comum nos documentos setecentistas da paróquia. No entanto, o caso de Joaquim é de extrema importância, pois revela o sentido de ser paróquia, já que o recém-nascido foi

sepultado no corredor da igreja matriz, ou melhor, na nave, espaço da igreja que provavelmente era mantido pelos colonos, os mesmos que concederam as esmolas.

Também com ajuda de esmolas foram enterrados, Manoel com 12 dias de vida, Maria com cinco anos de idade, Pedro também com apenas 12 dias de vida, Damiana com dois dias de nascida, Cosme com um ano de idade, Antonia com seis dias de vida e por último uma outra pequena Maria, com seis meses de nascida. Todos eram filhos de mulheres declaradas solteiras. (LIVRO DE ÓBITO, 1788-1802, fl. 50v, 56v, 58, 61, 61v).

Os recém-nascidos expostos no espaço da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, também foram alvo da caridade dos colonos. Não só por que houve um recolhimento dos pequenos abandonados, mas pelo encaminhamento dos mesmos até a pia batismal mais próxima, isso quando o sacramento não era administrado em casa, já que era uma necessidade primordial em uma sociedade católica.

No entanto, nem todos os recém-nascidos que eram enjeitados na paróquia tiveram muitos anos de vida. Quando morriam com poucos dias ou meses de nascidos, era a solidariedade em forma de caridade daqueles que um dia os havia recolhido, que os enterravam. Na maioria das vezes, os expostos recebiam nomes cristãos, porém encontramos situações de pequeninos abandonados, que faleceram muito cedo sem ter recebido a graça de um nome.

Podemos destacar as situações dos seguintes expostos: João e Manoel. Os ditos faleceram com nove e dois dias de vida, respectivamente. João exposto não respirou por muitos dias, o recém-nascido tinha sido abandonado em um domicílio que ficava próximo de um rio, em casa de uma viúva que atendia pelo nome de Teresa Josefa de Jesus, que enterrou na capela de São Gonçalo aos 25 de abriu de 1802. Possivelmente a dita viúva deve ter arcado com todas as despesas do sepultamento, uma última caridade.

O pobre Manoel, após ter nascido e sido abandonado na porta da casa do colono José da Costa de Veras, não viveu mais que 48 horas. Provavelmente o batizado do exposto foi encaminhado pelo dito colono. Porém, no dia 16 de janeiro de 1803, o enjeitado Manoel foi enterrado também na capela de São Gonçalo, provavelmente os gastos do sepultamento foram pagos por José da Costa de Veras. (LIVROS DE ÓBITO, 1795-1802, fl. 20v, 24v).

Apesar da inexistência de uma Irmandade da Misericórdia, de uma Santa Casa ou mesmo de uma Roda dos expostos, o sentimento de solidariedade cristã se materializou nas ações caritativas de Antonio da Câmara, Jerônimo Teixeira. Todos estes colonos receberam

expostos em seus domicílios, mas podemos inferir que eram criaturas tão frágeis que sobreviveram pouquíssimos dias, ao ponto de nem receberem um nome. Ficando apenas os emolumentos dos sepultamentos para serem pagos por Antonio e Jerônimo. Conseqüência da responsabilidade de cada cristão. (LIVROS DE ÓBITO, 1767, fl. 1v, 4).

Como podemos observar, o sentimento de solidariedade construiu o sentido de ser paróquia. Isso pode ser analisado mais precisamente de uma maneira individual, no testamento de Dona Catharina Peralta Rangel, que era natural da Capitania de Pernambuco, paroquiana de Nossa Senhora da Apresentação e viúva de Antonio Martins Prassa. (LIVRO DE TESTAMENTO, 1767-1792, fl. 4-8v).

Salientamos, que o dito seu marido recebeu uma exposta em sua casa, na ribeira da cidade, sendo encontrada na parte de trás do domicilio na data de 13 de abril de 1764 pela senhora Catharina Peralta Rangel. A enjeitada foi levada até a pia batismal da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação no dia 24 do mesmo mês e ano de seu abandono, sendo batizada como o nome de Lina. Foram seus padrinhos e respectivamente pais espirituais, Antonio Martins, homem solteiro, filho de Antônio Martins Prassa, e Dona Catharina Peralta Rangel. (LIVRO DE BATISMO, 1763-1765, fl.11).

Agora algo deve ser esclarecido, o padrinho de Lina, que estava plenamente envolvido no ato de solidariedade e caridade em favor da exposta, não era filho de Dona Catharina, pois a mesma revela em seu testamento não ter tido filhos nem no primeiro, nem no segundo casamento que foi com Antonio Martins Prassa.

Porém, mesmo com as atitudes de solidariedade e caridade de Antônio Martins Prassa em recolher a pequena vida abandonada e Dona Catharina junto com seu enteado em apadrinhar a enjeitada, não foi um esforço suficiente para salvá-la da morte. Lina provavelmente deve ter chegado ao dito domicilio com a saúde muito debilitada, já que a pequena morreu com pouco mais de 15 dias de vida. Ela foi sepultada na mesma igreja que foi batizada, com uma mortalha de tafetá azul. (LIVRO DE ÓBITO, 1762-1765, fl. 11).

Mais uma vez a ajuda mútua se repetiu na paróquia, pois provavelmente o batizado e posteriormente o sepultamento da exposta, foi pago por uma das três pessoas presentes naquele processo de solidariedade e caridade.

Consideramos que tais ações de solidariedade e caridade no espaço da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, era sobretudo uma verdadeira necessidade, sendo tais atos responsáveis pela construção da paróquia, como um território cristão. Daí os moradores do

lugar concederem esmolas para o sepultamento dos filhos das mulheres solteiras, recolherem e sepultarem os recém-nascidos abandonados.

Por fim, a participação dos colonos na necessidade de serem assistidos pelo Clero secular, dava o sentido de serem paróquia. Como também, as suas primárias identidades com o conjunto de capelas, que eram verdadeiros braços da igreja matriz, na qual por vezes os assistia e os enquadrava em um mundo amplamente normatizado. Em suma, podemos observar que os territórios são construções das ações humanas, inclusive as paróquias que se configuram a partir do momento em que os colonos criaram uma igreja matriz e se estabeleceram nas muitas ribeiras onde foram construídas as capelas anexas. Frisando que atitudes dos colonos em participarem dos problemas da paróquia, praticarem ajuda mútua dava sentido a existência do território paroquial.

## **FONTES**

### **Manuscritos:**

#### **A - ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

1 - LIVROS de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1753 – 1755.

LIVRO: 1755 – 1757.

LIVRO: 1760 – 1761.

LIVRO: 1761 – 1763.

LIVRO: 1763 – 1765.

LIVRO: 1765 – 1766.

LIVRO: 1768 – 1770.

LIVRO: 1770 – 1777.

LIVRO: 1786 – 1795.

2 - LIVROS de casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1727 – 1740.

LIVRO: 1740 – 1752.

LIVRO: 1752 – 1760.

LIVRO: 1761 – 1769.

LIVRO: 1769 – 1782.

3 - LIVROS de óbitos da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / capitania do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1760 – 1765.

LIVRO: 1762 – 1765.

LIVRO: 1767.

LIVRO: 1768.

LIVRO: 1780 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1791.

LIVRO: 1788 – 1802.

LIVRO: 1792 – 1793.

LIVRO: 1795 – 1802.

4 - LIVROS testamentos da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação / capitania do Rio Grande do Norte.

➤ TESTAMENTO DE DONA CATHARINA PERALTA RANGEL (1775)

## **B - ACERVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL**

1 - PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO da igreja matriz da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, 1725-1890 / capitania do Rio Grande do Norte.

## **REFERÊNCIAS**

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, 1712-1728. (WWW.ieb.usp.br)

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

\_\_\_\_\_. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

\_\_\_\_\_. *História da cidade do Natal*. 3.ed. Natal: IHGRN, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FILHO, Olavo de Medeiros. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. *A História da Igreja no Brasil: 1550-1800*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, n. 45)

JOHNSON JÚNIOR, Harold B. *Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII*. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985 / <http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>)

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil colonial. In: *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – Administração, Economia, Sociedade*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 51-76.

LIMA, Nestor dos Santos. *A Matriz de Natal*. Natal: Atelier Typographico M. Victorino e C., 1915.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. Recife, 2005. (Tese de Doutorado em História / UFPE)

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal: IHGRN, 1998.

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. Natal, 2000. (Primeira parte, Dissertação apresentada à UFBA)

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: *Repensando a História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155-220.

NETO, Manoel do Rêgo Barros. *O Remir*. Natal: Não publicado – Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p. 22-24.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

ROOSEL – WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*. Tradução: Sérgio Duarte. Brasília: UNB, 1981.

SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário Enciclopédico de Teologia*. Canoas: ULBRA, 2002.

VEIGA, Eugênio da Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial: 1500 – 1822*. Salvador, 1997. (Tese para doutoramento na Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana).

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.